



JONAS LOPES DE
CARVALHO JUNIOR

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

Para que seja praticada em toda a sua plenitude, a democracia – maior bem político de qualquer Nação – depende do respeito absoluto e indeclinável a todas as garantias constitucionais promulgadas e consolidadas para promover a existência da cidadania. E não existe cidadania se não houver a defesa irreduzível, inegociável e indiscutível dos direitos fundamentais, como o direito à saúde, à educação, à habitação, e de todos os demais preceitos consagrados para garantir a proteção da dignidade humana.

Mas a democracia também não se sustenta sem que haja a devida lisura na aplicação das verbas públicas, que, por princípio, não são de propriedade do Estado, que tem o dever legal e legítimo de administrá-las com total correção. Elas pertencem à população e são provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos. Exatamente por isso, sendo a fiscalização do uso do dinheiro público um instrumento fundamental para o funcionamento da democracia, os órgãos de controle são imprescindíveis para garanti-la.

O fortalecimento das instituições – inquestionavelmente indispensável ao aprimoramento do Estado Democrático de Direito – inclui os Tribunais de Contas, que vêm exercendo cada vez melhor suas missões constitucionais de fiscalizar e exigir que os gestores públicos obedeçam às determinações

legais, não extrapolem os limites estabelecidos e respondam por toda e qualquer irregularidade constatada, inclusive com o devido ressarcimento ao erário pelos danos a ele causados.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro tem cumprido com o seu dever. No ano passado, 123 mil processos foram levados ao plenário. O Tribunal, após minuciosas análises, determinou correções e revogações de editais que resultaram na redução dos custos neles previstos e culminaram numa economia para os cofres públicos de mais de R\$ 512 milhões, que deixaram de ir para o ralo. O TCE-RJ realizou 884 auditorias governamentais, 127 a mais do que no ano anterior. Os acórdãos expedidos totalizaram mais de R\$ 87 milhões, dos quais R\$ 80 milhões foram referentes a imputação de débitos e R\$ 7 milhões a aplicação de multas.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio, porém, tem feito muito mais do que fiscalizar, detectar irregularidades, identificar os responsáveis e puni-los. Nem sempre o desperdício do dinheiro público é decorrente de má-fé. São muitos os casos em que ele ocorre pelo despreparo dos ordenadores de despesas. Por isso mesmo, o TCE, por intermédio da sua Escola de Contas e Gestão, tem investido muito na capacitação dos servidores, tanto dos que cuidam das despesas em

seus órgãos públicos, quanto dos que integram o corpo técnico do Tribunal responsável pela análise das contas. Nos últimos 10 anos, a nossa Escola de Contas e Gestão capacitou quase 80 mil servidores. Mais do que punir, procuramos dar as condições necessárias aos gestores públicos para que as prestações de contas tenham, cada vez mais, qualidade.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e o legado que os eventos esportivos deixarão para a cidade foram nosso principal foco este ano. Realizamos seminários e participamos de palestras e debates sobre os desafios para o sucesso dos Jogos, em parceria com o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, uma vez que a realização dos eventos envolve verbas públicas federais, estaduais e municipais.

A preocupação com a cidade também é o tema principal desta edição da **REVISTA SÍNTESE**, que reúne estudos e propostas para a melhoria do planejamento urbano, da política habitacional e da mobilidade. Nosso objetivo, mais uma vez, é trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Esta é a maneira que encontramos de ir além do dever de fiscalizar os gastos públicos, para garantir a proteção da cidadania.

Paula
Alexandra
Nazareth

A **REVISTA SÍNTESE** tem como objetivo divulgar a produção de conhecimentos em forma de artigos que possam trazer novas reflexões na área da Administração Pública. Nesta edição os artigos iniciais tratam sobre desenvolvimento urbano e regional, tema do Prêmio Ministro Gama Filho em 2015, assunto de relevância para o TCE-RJ, que atua no acompanhamento e controle das políticas de transportes e de desenvolvimento urbano.

O primeiro artigo, “Cluster urbano como estratégia de redensolvimento na Avenida Brasil – Rio de Janeiro”, de Tarciso Binoti Simas, doutorando em Urbanismo e professor substituto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, traz uma reflexão sobre a cidade do Rio de Janeiro que perdeu grande parte de sua função produtiva ao longo da Avenida Brasil, por causa do deslocamento do eixo industrial e da degradação da vida urbana. Este trabalho, que conquistou o 1º lugar do prêmio, apresenta uma proposta de redensolvimento para o entorno da Avenida Brasil com o objetivo de direcioná-la para a sustentabilidade.

O artigo seguinte, “Planejamento urbano e política habitacional no Brasil: aproximações e distensões investigadas a partir do município de São Carlos/SP”, de autoria de Thaís Troncon Rosa, professora adjunta de Arquitetura da UFBA e doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP, que ganhou o 2º lugar do prêmio, toma como ponto de partida o ápice do processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, acompanhando a dicotomização da política urbana federal nesse contexto, a emergência de empresas mistas como agentes operadores de tal política, até sua completa fragmentação, resultando em uma municipalização compulsória dos processos de planejamento e das políticas urbanas e habitacionais.

“O transporte ferroviário de alto desempenho de passageiros como elemento indutor do desenvolvimento urbano e regional”, de Marne Lieggio Júnior, doutor em Transportes, assessor técnico na Empresa de Planejamento e Logística S.A. e 3º colocado no prêmio, apresenta uma pesquisa exploratória sobre a importância do planejamento do transporte ferroviário de passageiros por meio de trens de alto desempenho, como elemento indutor do desenvolvimento urbano e regional. Os resultados permitiram averiguar os impactos efetivos na Espanha e no Japão e discutir duas potenciais ligações ferroviárias brasileiras.

Diretora-Geral da
Escola de Contas e
Gestão - ECG/TCE-RJ

Ainda dentro desta temática, o artigo “Transporte rodoviário de produtos perigosos: a composição do custo-preço”, de Márcio de Almeida D’Agosto, professor do Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ e doutor em Engenharia de Transportes; e das mestres em Engenharia de Transportes Emmanuela de Almeida Jordão e Cintia Machado de Oliveira, que também é professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, mostra que as regulamentações estabelecidas para o transporte de produtos perigosos têm uma relação direta com a composição do seu custo-preço, o que implica a necessidade, por parte das empresas transportadoras, de possuírem uma estrutura de custos bem definida, para que o repasse dos custos de minimização dos riscos, para o cliente, seja o mais justo possível.

Outro tema abordado nesta edição é “A trajetória do controle interno do Poder Executivo Federal de 1964 a 2014 – uma breve análise institucional desses 50 anos”. Em seu artigo, Marcus Vinicius de Azevedo Braga, doutorando em Políticas Públicas e analista de Finanças e Controle da CGU-RJ, faz uma avaliação da evolução institucional da Unidade de Controle Interno da União Federal, revelando que, em um período de 50 anos, a pauta do controle interno não foi abandonada, e apresentou mudanças agregativas, traços explícitos de dependência da trajetória, a incorporação de papéis e demandas e a natural interação conflituosa de papéis e visões, típicos em uma função que ainda se estrutura na democracia nacional. O fortalecimento da função de controle interno pode trazer resultados efetivos à gestão pública, através da mitigação do erro e da fraude.

Fechando esta edição, trazemos o artigo “Processos metacognitivos e a prática pedagógica: desafios para o enfrentamento do fracasso escolar”, de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, professora adjunta da Faculdade de Educação da Uerj; Sandra Maciel de Almeida, assessora-chefe da Assessoria Pedagógica da ECG/TCE-RJ e doutora em Educação; e Luís Paulo Cruz Borges, professor assistente do Colégio de Aplicação da Uerj e doutorando em Educação. O artigo foi elaborado a partir dos resultados teóricos de pesquisas que investigaram processos de aquisição de conhecimentos metacognitivos, de modo a entender o desempenho de alunos e desvelar processos de ensino alternativos de melhoria acadêmica. Os articulistas mapeiam a prática pedagógica proposta nas instituições pesquisadas, uma escola pública municipal e em escolas pertencentes ao Departamento de Ações Socioeducativas, todas no Estado do Rio de Janeiro, privilegiando sua relação com as teorias cognitivistas estudadas.

Desejamos a todos uma ótima leitura.